

## Reflexos da participação comunitária nos processos de gestão pública sob a ótica da Educação Ambiental

*Etiene Villela Marroni<sup>1</sup>*  
*Milton L. Asmus<sup>2</sup>*

**Resumo:** este artigo pretende alertar para a necessidade de participação das comunidades locais nos processos de gestão pública. Nele, são identificadas formas e procedimentos de interação entre gestor público e comunidade, bem como iniciativas de educação ambiental nos planos de gestão. Para isso, buscou-se as fontes dos processos de conscientização e participação pública, que se constituíram na base teórica-educativa do estudo.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Gestão Pública; Conscientização; Participação Comunitária.

Neste artigo aborda-se, de forma resumida, um tema desenvolvido no livro “Educação Ambiental: da participação comunitária ao gerenciamento costeiro integrado”<sup>3</sup>. Trata-se, em síntese, da necessidade de envolvimento e participação das comunidades em geral nos processos ou procedimentos de planificação e gestão pública, observando-se os fundamentos teóricos da Educação Ambiental.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Ambiental pela FURG.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Marinhas, Professor do Mestrado em Educação Ambiental da FURG e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da mesma Universidade.

<sup>3</sup> MARRONI, Etiene Villela; ASMUS, Milton L. *Educação Ambiental: da participação comunitária ao gerenciamento costeiro integrado*. Pelotas: Editora e gráfica universitária/UFPel, 2003. 200p.

Face a abrangência multidisciplinar do tema, utilizou-se um referencial teórico bastante diversificado o que, de certa forma, dificultou o aprofundamento de determinados enfoques, esclarecendo, porém, aspectos importantes e significativos.

A busca pelo consenso e dinamismo político, remete-nos a uma nova e importante maneira de gerenciar: a gestão participativa. Inconformada com os tropeços governamentais, relacionados com o uso indevido do dinheiro público, seja em atos corruptivos, negligenciais ou incompetentes, a população, de certa forma, reagiu, demonstrando interesse por uma política descentralizada e participativa. Sabe-se, entretanto, que essa nova forma de administrar encontra-se ainda em estágio inicial. Urge uma nova consciência, capaz de gerar conhecimentos e técnicas favoráveis à interação comunidade *vs.* poder público.

Por ser essa uma “nova ordem social” que interfere na liberdade de ação dos governantes, seus fundamentos não se encontram devidamente teorizados. Entretanto Matus (2000) afirma que “o governante pode decidir quanto às variáveis que controla, mas, muitas vezes, não pode assegurar resultados, porque dependem de uma parte do mundo que não controla.”

É necessário resgatar a auto-estima da população para que descubra sua importância como co-gestora de seu município, estado ou nação. Para isso, propõe-se a busca de instrumentos e mecanismos adequados à reorganização do poder comunitário. Mas é bom lembrar que “os problemas da democracia estão na cúpula, não na base e o mal reside na baixa capacidade de governar” (Matus, 2000). Partindo-se de uma perspectiva histórica, através de procedimentos como organização, relatos, troca de experiências, revisões de literatura e reflexões críticas sobre a realidade, poderão surgir novas idéias e estratégias de ação. Estas, sem dúvida, serão reveladoras, capazes de identificar não só os anseios do povo, como formas viáveis ou legais de encaminhamento de proposições ou projetos, com vistas a superação das dificuldades. “A cidadania é o juiz que avalia, no presente, o impacto da gestão pública” (Matus, 1996).

Sabe-se que grande parte dos problemas enfrentados, hoje em dia, decorrem de um sistema político-econômico-social e ecológico incoerente e insustentável. Notam-se perspectivas de solução através de uma lógica interdisciplinar que visa assegurar a sustentabilidade do sistema local e, conseqüentemente, global. Algumas idéias e teorias já surgiram. Um exemplo disso são os inúmeros estudos que têm sido feitos, baseados na idéia do desenvolvimento sustentável.

As bases consensuais do desenvolvimento sustentável se referem ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental (...) neste sentido o principal dilema atual do desenvolvimento sustentável nos parece que se encontra entre a necessidade de continuar ampliando e consolidando suas bases de sustentação político-social, a fim de transformar-se numa alternativa realista ao modelo de desenvolvimento dominante e a necessidade de dar uma forte base científica a suas políticas, a fim de que também sejam realistas, ainda a risco de contradizer os pressupostos ideológicos de alguns setores de sua base político-social. (Viola & Leis *apud* Hogan & Vieira, 1995).

O caminho, portanto, direciona-se no sentido de uma conscientização regional, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, naturais, sociais e políticos para que, através desta provável reformulação dos agentes envolvidos, se possa prever um futuro mais promissor.

A primeira vez em que o conceito “desenvolvimento sustentável” foi posto em pauta, data de 1972 na Conferência de Estocolmo. Porém, naquela ocasião, os congressistas não entraram no mérito do quê e como seria a repercussão desta nova fonte de estudo e “forma de organização”

Foi somente em 1987, com o famoso relatório Brundtland ou, aqui, “Nosso Futuro Comum”, que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável tomaram, concretamente, forma e “efeito”.

O conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo, particularmente depois da publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ‘Nosso Futuro Comum’, em 1987. (...) A favorável acolhida do relatório Brundtland dá ao conceito de desenvolvimento sustentável um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento nunca teve, mas outorgou-lhe também um caráter polissêmico, em função da atuação simultânea de economistas, planejadores em desenvolvimento, agências internacionais, acadêmicos, ambientalistas, organizações não-governamentais, políticos e público em geral. (Viola & Reis *apud* Hogan & Vieira, 1994).

Muito se discute, atualmente, sobre a origem deste conceito. Pretende-se que ele seja único e unânime. Em verdade, as possibilidades da existência de uma equivalência entre conceitos, limitará a forma de ação de alguns grupos organizados que trabalham sobre esta nova ótica e pensamento. Analisando-se o sentido de desenvolvimento sustentável entre variadas linhas e visões, conclui-se que ele está cada vez mais difundido, por se constituir num conceito adaptável a todas as áreas e condições.

Fala-se em sustentabilidade nos meios agrícola, social, econômico, enfim, fala-se em sustentabilidade em vários campos do conhecimento. Esse termo, até então, não contava com o referencial de uma base teórica. Discutir “sustentabilidade”, hoje em dia, tornou-se uma necessidade em todas as áreas. Por isso, é preciso e indispensável, para o equilíbrio “interdisciplinar” e “interorganizacional”, que se insira em ações concretas não somente o termo, mas a realidade que ele revela, buscando-se os meios para torná-lo mais abrangente. Dependendo do ecossistema (ou sistema) a ser analisado dependerá, também, o tipo de soluções ou alternativas adequadas, considerando-se que ele faz parte de um sistema maior. Sempre é necessário identificar os agentes transformadores regionais, descobrindo seus pontos altos e baixos, com a finalidade de potencializar e maximizar ações

duradouras e sustentáveis que gerem subsídios para a região. Necessária, também, é a identificação de agentes que minimizam e denigrem sua operacionalização, impedindo o equilíbrio dinâmico.

Um dos maiores problemas que surgem, quando delimita-se uma região para fins de estudo, é a questão de adaptação do ser humano ao local em que se estabeleceu. Isso porque nem sempre há sintonia entre o homem e a terra a ser explorada ou trabalhada por ele. Falta-lhe o conhecimento de técnicas apropriadas ou condições para se libertar de práticas capitalistas geradas pelo sistema maior. Algumas necessidades são próprias do ser humano na sua relação com o meio, outras são frutos de uma economia pautada no lucro e não na subsistência, gerando um desequilíbrio no processo social.

A “economia do lucro” talvez seja a maior causa da falta de suporte (sustentabilidade) enfrentada nos dias de hoje. De acordo com Schumacher, trata-se de “um problema de produção” (1983).

A “produção” tende a ser o ponto de partida de um sistema integrado e dinâmico. Através dela, é sentenciado todo o andamento de um sistema, uma vez que serve de alavanca para os meios produtivos. Estes são, sem dúvida, fatores determinantes no desenvolvimento de um sistema político-econômico-social e ecológico. É interessante lembrar que a produção é um fator de propulsão para a livre concorrência, que estimula a divisão econômico-social. Quando se fala em produção, faz-se referência a um estágio determinado do desenvolvimento, isto é, em determinado estágio ocorrem mudanças provenientes da prática produtiva. Portanto, ela é um agente transformador do ambiente.

Ward sustenta que

(...) a economia animal, a sobrevivência do mais apto na luta pela existência, resulta da multiplicação de organismos além dos meios de subsistência. A natureza produz organismos em superabundância e se vale do vento, da água, pássaros e animais para espalhar suas sementes.

Um ser racional, porém, prepara o terreno, elimina as ervas daninhas, abre buracos e planta em intervalos adequados; é assim que se faz a economia humana. Enquanto o ambiente transforma o animal, o homem transforma o ambiente. (*apud* Bottomore, 1980).

Na incessante luta pelo capital, os detentores dos meios de produção sentem-se no direito de usufruir, cada vez mais, da mercadoria oferecida pelo operário, que é o trabalho e, pela natureza, que é a matéria-prima. O trabalhador torna-se, assim, objeto de fácil manipulação, podendo ser explorado de acordo com as aspirações do capitalista. Por conseguinte, a natureza sofre pressões que a levam, na maioria da vezes, à exaustão de seus recursos disponíveis, sendo que, muitos deles, não são renováveis. Desta forma, torna-se incoerente falar em “sustentabilidade” num sistema onde as desigualdades são evidentes e o comportamento dos indivíduos mantém-se atrelado a uma conduta exploradora, consumista e supérflua.

A sustentabilidade é uma conquista para o futuro. Futuro que levará algum tempo para ser construído mas, com certeza, o será de forma eficaz, despertando consciências comprometidas em melhorar a qualidade de vida de suas comunidades.

### **A Educação “construindo” o ambiente**

Na política, assim como na educação, há períodos oscilantes entre a satisfação e a insatisfação dos sujeitos envolvidos no processo. Isso é comum, de acordo com a base teórica utilizada neste estudo. Porém, torna-se incomum quando se analisa a questão “política” em si; o seu mecanismo de atuação e distribuição de recursos sociais. É nesse momento que emerge a força das partes sobre o todo. Quando uma das partes não opera de acordo com sua sistemática correta, o “todo” torna-se fragilizado. Como o meio “político” costuma ser uma vertente da educação e vice-versa, o crescimento e o desenvolvimento de uma estrutura são barrados ou interrompidos pelos trâmites burocráticos.

Para Schumacher, “é obviamente uma grande temeridade colocar grandes poderes nas mãos de pessoas sem se estar certo de que elas têm uma idéia razoável de como usá-los” (1983).

Mas, como não dar estes “poderes”, se este é um país “supostamente” democrático e livre?

A questão leva-nos a repensar o papel e a importância da educação, como forma de reorganizar estruturas fragilizadas pela dispersão de mecanismos comprometidos com o desenvolvimento.

Pressupor-se que o campo político é o único capaz de reorganizar as “bases” sociais, através da implementação de recursos destinados às mais variadas áreas, torna-se, praticamente, uma “utopia”. Existem determinadas tarefas e funções que só são estimuladas e concretizadas pela iniciativa e compromisso do indivíduo frente ao meio em que vive. É o caso, exemplificando, das cooperativas, associações e mutirões, que congregam um enorme contingente de pessoas e que têm por objetivo melhorar as condições de vida comunitária.

Embora a política e a educação andem juntas, uma passa a ser pré-requisito da outra, quando se entende que a educação forma mentes capazes de gerar idéias novas. Estas, futuramente, passarão a fomentar as ações para o “almejado” bem estar comum, sendo este, portanto, o “papel” da ação política.

Quando se fala em “políticas educacionais”, percebe-se que um dos grandes entraves desta temática está, justamente, na elaboração de “planos universais” para as mais diferentes classes sociais ou regiões do país. Por isso, a reorganização estrutural do sistema político-educacional brasileiro é desejável, principalmente porque é através dessa “reorganização” que será possível sonhar com a descentralização das atividades e poderes relativos, indispensáveis na caminhada rumo a um futuro melhor.

A dificuldade reside no “gigantismo” do sistema. Resolver todos os “problemas” e regular todos os “defeitos” que fazem parte de seu dinamismo, torna-se tarefa impraticável. Nesta perspectiva, retoma-se o papel da educação em sistemas políticos que beneficiam somente uma ínfima parcela da sociedade.

Piaget dizia que “a inteligência é uma adaptação. Afirmar que a inteligência é um caso particular da adaptação biológica equívale, portanto, a supor que ela é, essencialmente, uma organização e que sua função consiste em estruturar o universo tal como o organismo estrutura o meio imediato” (*apud* Azenha, 1993).

É incontestável a importância da educação no mecanismo funcional de uma estrutura organizada como forma de adaptação do indivíduo ao meio. É através de processos educativos que se consegue formar uma base sólida, capaz de interferir no meio em que se vive, tornando-se necessária a interação, o empenho e o planejamento concreto das partes estruturais. Esse planejamento não precisa se constituir num “plano de ação” milionário, em que diversos tipos de recursos são reunidos ou acionados com o intuito de “salvaguardar” o imediato bem-estar da população. Um planejamento viável é o que leva em consideração pequenos grupos. O próprio poder político deve delegar responsabilidades aos indivíduos e às comunidades, para que eles se sintam sujeitos do processo de mudança. É necessária a interferência do indivíduo no grupo e do grupo no sistema maior.

Fazer política à distância ou importar modelos que deram certo em países com um índice de desenvolvimento humano muito superior a este é temerário, podendo constituir-se num esforço inútil e inconsequente do poder público. Conhecer a cultura, identificar os problemas e reunir forças para superá-los, talvez seja uma das saídas para as condições do atual sistema político.

Schumacher explica que

(...) a essência da educação é a transmissão de valores, mas estes não nos ajudam a escolher o nosso rumo na vida a menos que os tenhamos absorvido, convertendo-se, por assim dizer, em parte integrante de nossa constituição mental. Isto significa que os valores não são meras fórmulas ou simples enunciados dogmáticos; é com eles que pensamos e sentimos, como instrumentos que são para

vermos, interpretarmos e vivenciarmos o mundo que nos cerca. (1983).

Pode-se observar, através de uma análise mais detalhada, que a função da Educação Ambiental, atualmente, é mais ampla e complexa do que se possa imaginar. Apesar da verdade que contém esta assertiva (EA), a limitação da sistemática de operacionalização da mesma é por demais ampla e acadêmica. A teorização excessiva, decorrente talvez da prematuridade do assunto, faz com que sua credibilidade, junto ao público alvo, seja, ainda, muito deficitária.

Partindo-se do pressuposto da análise de sistemáticas de estruturação, chega-se a uma colocação muito difundida nos estudos de ciências ambientais: “pensamento global e ação local, ação global e pensamento local”. Esta frase tem um significado amplo e, com certeza, é “apelativa” no sentido em que conclama os cidadãos mundiais a lutarem e exigirem seus direitos como partes constituintes de um sistema único e “coeso”. Também intenciona alertá-los para que conheçam e definam seus deveres nas comunidades e passem a fazer parte de uma “promissora aldeia global”.

Ora, sabe-se que o “marketing” que envolve esta maneira de pensar é fundamentado na crença de que todos são iguais, tendo os mesmos direitos e deveres. Na realidade, o mundo que se vê e no qual se vive não é assim e está bem longe das condições ideais. A busca desenfreada por essa “idealização” não deverá colher frutos imediatos, mas há indícios de projetos alternativos e algumas práticas para minimizar a distância entre os que têm e detêm o poder e os que não têm e são suportes ou “estruturas” para mantê-lo. Sabe-se da existência de povos que se utilizam da educação como um recurso a mais de sua dominância.

A partir dessas colocações pergunta-se: afinal, para que serve a Educação Ambiental? Como a Educação Ambiental, insipiente como está, poderá ajudar a reverter este quadro?

Apesar da prematuridade da educação ambiental ser evidente, é evidente, também, a existência de muitos esforços e ações isoladas que contribuem, de certa forma, para o êxito de

trabalhos nesta linha. A necessidade de se investir na educação ambiental, como um processo decisório para o desenvolvimento sistêmico e equitativo de pessoas e estruturas, deve-se ao fato de que essa nova “tendência educacional” consegue unir as demais ciências, visando uma “estruturação” na formação dos processos.

Acredita-se que um dos grandes desafios da educação ambiental seja, justamente, a aplicação de uma de suas teses mais contundentes e que se refere a “mudança da concepção de valores” dos indivíduos, por ser uma “construção” a médio ou longo prazo. Atualmente os indivíduos e, conseqüentemente, as sociedades, almejam por respostas rápidas de execuções a curto ou curtíssimo prazo. “A educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem a troca de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade e esta é sua força” (Brandão, 1981).

Quando se pensa em educação, pensa-se, também, naqueles que ensinam, como agentes de transformação. Ocorre que o “professor”, como qualquer pessoa, é suscetível de influências múltiplas em sua formação. Algumas vezes, disposto a promover mudanças e crente de que serve ao “saber instituído” e aos destinatários deste saber, ele pode colocar-se a serviço de quem o “formou”, disseminando, sem querer, conteúdos de interesses políticos ideológicos. Assim sendo, sua contribuição será no sentido de tornar as pessoas mais vulneráveis e submissas aos ditames do poder.

O termo “educação” vem se desgastando, principalmente em países onde a concentração de renda nas mãos de poucos é comum. O real sentido da “educação” é fornecer subsídios aos indivíduos de um determinado contexto econômico e social, preparando-os para ser a peça mais importante dentro desse determinado “contexto”, ou seja, o de torná-los cidadãos conscientes de seus “direitos e deveres”.

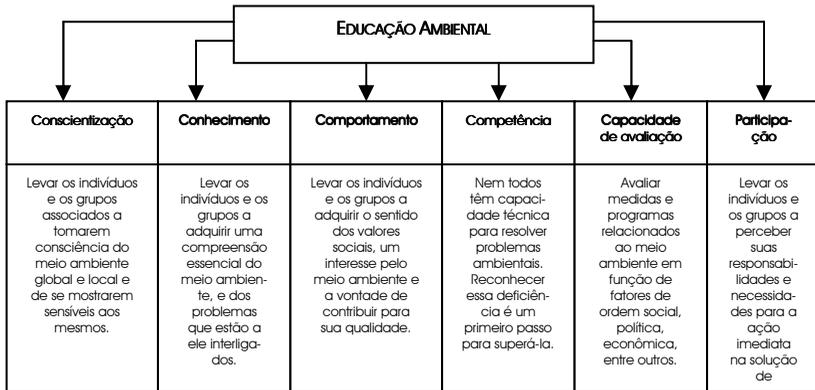
A educação pode ser a forma que as pessoas encontram para “tornar comum o que é comunitário”. Ela existe em toda a parte e faz parte dela existir entre opostos. Sua ação é inevitável. A educação sobrevive aos sistemas porque, em uns, ela serve à “difusão de idéias que legitimam a opressão”, em outros pode

contribuir para que existam condições de igualdade e solidariedade ao tempo em que propugna pelo direito ao livre-arbítrio. É seu compromisso ser um instrumento de “mudanças”, dispondo de elementos capazes de construir um mundo melhor. Para isso é preciso que se apoie numa pedagogia comprometida com a promoção humana e suas condições de vida. Neste aspecto, a educação poderá ser vista como “Educação Ambiental”.

Sintetizando, encontram-se, a seguir, seis objetivos da Educação Ambiental, definidos através da Carta de Belgrado<sup>4</sup>.

### ESQUEMA 1: Objetivos da Educação Ambiental

*A partir de Reigota, 1994*



No estudo de sistemas, verifica-se que todas as ciências unificam-se em busca de soluções ou esclarecimentos, mesmo com abordagens distintas. Elas convergem para a idéia de desenvolvimento do ser humano em interação com o ambiente. Essas

<sup>4</sup> Em Belgrado 1975, foi realizada a reunião de especialistas em Educação, Biologia, Geografia, História, entre outros, e se definiu os objetivos da Educação Ambiental, publicados no que se convencionou chamar “A Carta de Belgrado”.

teorias visam esclarecer a sistemática entre os elementos que as compõem e a forma como se desenvolvem. Obviamente, alertam para a importância da percepção de seu observador, deixando, na maioria das vezes, margem para discussões, tendo em vista que o comportamento de algumas estruturas não evidencia um funcionamento determinado e lógico. Assim, a compreensão inicial é relativa, mas não compromete sua função de ordenamento e praticidade analítica. “Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica” (Reigota, 1994).

No momento em que se consegue unificar a opinião acerca de um plano de trabalho sistemático, o procedimento para a adoção de alternativas que melhorem seu contexto é mais visível do que quando se trabalha, em isolamento, as demais disciplinas ou conjunturas. Pensar em “estruturas” possibilita a visão mais clara do conjunto de aspectos que compõem o todo. Com isso, constata-se que é a partir de um desequilíbrio no todo ou em uma de suas partes que começam a surgir iniciativas para a busca de um reequilíbrio, o que, conseqüentemente, resulta numa “reorganização” do indivíduo e do meio.

Quando se pensa que a educação é movida por “equilíbrios e desequilíbrios”, fato absolutamente comum, onde todos almejam avançar, progredir, sente-se a esperança crescente na educação “ambiental”, porque a interação homem/ambiente, que hoje se vivencia, força ações mútuas e contínuas no sentido de uma reequilibração, cada vez maior, e uma convivência harmoniosa com a natureza. Pode-se dizer, então, que esta interação homem-ambiente é fundamental para uma “práxis” educacional no meio, ou seja, no “meio ambiente”.

## **Educação Ambiental e a participação efetiva do cidadão na estrutura social**

Aprende-se, com o estruturalismo, que o mais importante em um contexto sócio-ambiental são as relações e não as “partes isoladas”. Na educação ambiental, o processo é, praticamente, o mesmo, trabalhando, porém, com a construção e inovação de valores.

Nesta época de desigualdades, muitos são os caminhos apontados por especialistas na busca de uma possível solução e mensuração do quadro global, com ênfase, obviamente, no quadro local. Mas as tentativas de soluções encontram barreiras, por se constituírem, até certo ponto, em ações isoladas num quadro de políticas provisórias. O que é bom para uma região, às vezes não é para outra. É possível que a regionalização dos problemas traga a regionalização das soluções. Deve-se chegar a um parâmetro comum que beneficie projetos e diálogos entre indivíduos/comunidades, comunidades/poder público, entre políticas e ajustes. É preciso não esquecer que tudo se relaciona com o todo. Nada acontece de forma isolada. “Uma sociedade não pode ser decomposta em indivíduos tal como uma superfície geométrica não pode ser resolvida em linhas ou linhas em pontos” (Comte *apud* Bottomore & Nisbet, 1980).

Ao concluir que a interdisciplinaridade pode ser uma das chaves para reverter um processo político-econômico, que torna-se, cada vez mais, arcaico na busca de soluções, pode-se rever aspectos que envolvem todo o percurso que o “cidadão” é forçado a trilhar para integrar-se numa estrutura supostamente organizada. Em primeiro lugar, é visível a falta de oportunidades que estimulem a “comunicação” ao homem moderno. Ele é forçado a lutar com suas próprias forças e batalhar por um lugar ao sol. Desde cedo, é encorajado a competir para ganhar, vencer, construindo uma barreira de auto-defesa que o motiva para a luta individual. Poucas são as chances de vivência grupal ou de incentivo para integrar-se a uma causa comunitária. É sempre o “eu” que prevalece. Por esta razão, a comunicação, a linguagem,

foge à regra do unir para vencer. Os grupos que tendem a se formar, hoje em dia, são, geralmente, grupos de excluídos, que unem suas fraquezas, ou reúnem forças para enfrentar os desafios sócio-econômicos-ambientais.

Comte dizia que, “a estrutura da linguagem é uma questão de desenvolvimento gradual à medida que as relações da sociedade tendem a melhorar na evolução e transformação das atividades coletivas do homem” (*apud* Bottomore & Nisbet, 1980).

Quando se tenta entender as razões que levam o homem fugir à regra do convívio da linguagem do coletivo, constata-se que esta “ameaça” tende a se desfazer em uma situação conflitante. Isso deve-se à união de forças em tais momentos. O que faz o homem enfrentar a realidade, por vezes difícil, talvez nasça do subjetivo dele. Mas o elemento complicador é não se entender a forma precisa de lidar com o subjetivo do homem. Se houvesse essa compreensão, os laços de união, a noção do coletivo e da interdependência poderiam ser revelados. O que se sabe é que “as estruturas dominantes da mente humana surgem da relação entre o indivíduo e os outros” (Levi-Strauss *apud* Bottomore & Nisbet, 1980).

Revedo algumas teorias e analisando a sistemática do “todo complexo”, observa-se que o sistema de interdependência do homem com outros homens e do homem com o meio ambiente executa uma espécie de “retroalimentação”, tanto dentro de um sistema como, também, dentro de um subsistema.

Percebe-se, então, que, no meio ambiente, o “todo complexo” é formado por diferentes contingentes de indivíduos que se organizam de acordo com suas necessidades e aspirações. Esses “contingentes” são, na maioria das vezes, heterogêneos, pois, em um “meio ambiente”, existem tantas variações de indivíduos quanto se possa imaginar. Para haver uma interdependência entre eles, é preciso que haja necessidades comuns. Fora isso, a inter-relação que se estabelece pode ser restrita ao âmbito em que a própria “retroalimentação” sócio/ambiental encarrega-se de organizar.

## Conscientização e participação pública

### Conscientização

Iniciando um estudo investigativo sobre o termo ou a prática da conscientização, observa-se que este “ato” ou “método” revela-se, na maior parte dos casos, de forma interativa e não por indução. Em razão disso, buscam-se respostas em referências diversos, que possam auxiliar a compreensão da maneira como é repassado ou vivenciado o ato de conscientizar, “ser conscientizado” ou tornar-se consciente.

A princípio, questiona-se: o que é “conscientização”?

Conscientização é a ação de conscientizar. É, também, um método pedagógico pelo qual o educador toma como suporte de seu ensino a realidade material e social que envolve o sujeito, de maneira a implicá-lo e motivá-lo, o melhor possível, para seu aprendizado. (Larousse Cultural, 1999).

De outra forma, pode-se dizer que por conscientização entende-se uma “prática educativa em que partindo-se sempre da realidade e dos interesses da população alvo, busca-se um processo de aquisição de conhecimentos e de instrução que aumente seu poder de intervenção sobre esta realidade” (Freire et al, 1980).

Quem perde ou desconhece suas raízes perde sua identidade. Esta consciência resulta no “envolvimento direto junto a grupos sociais em movimento, que procuram constituir-se em contextos educativos nos quais os participantes elaboram sua própria identidade e adquirem os instrumentos e conhecimentos necessários à sua intervenção transformadora sobre a realidade” (Freire et al, 1980).

Não é possível ensinar sem aprender, por isso, qualquer planejamento, nesta direção, deve ser aberto e cada etapa “redefine-se” em função dos resultados anteriores. Os temas aborda-

dos ou conteúdos trabalhados são feitos e refeitos na medida em que determinado grupo avança em seu processo de desvelamento e transformação da realidade.

Assim sendo, a finalidade da ação educativa é a “produção” de novos conhecimentos. É mais importante cultivar um espírito e um método de experimentação do que comunicar verticalmente conhecimentos prontos, como ocorre com frequência. Para isso, buscam-se linhas de pesquisa que partam da experiência e da percepção do grupo e que tenham como objeto de estudo e de ação a realidade vivida por ele ou pela comunidade.

Recusa-se todo o tipo de domesticação do diálogo e da dialética inerente à atitude dos que o propõem, entre os que ensinam e os que são ensinados, desde que o encaminhamento deste diálogo esteja previamente determinado pelo educador, ou que este proponha a análise do real tendo a conclusão já estabelecida.

Visando à mobilização da comunidade, sua organização para que se engaje em projetos de ação transformadora de seu meio, a ação cultural deve partir de um conhecimento preciso das condições deste meio; de um reconhecimento das necessidades sentidas por ela, ciente de que a razão de ser mais profunda da realidade que se apresenta nem sempre é percebida ou claramente definida pelas populações. A “leitura” da realidade, centrada na compreensão crítica da prática social, proporciona-lhe esta clarificação. Em cada comunidade existe uma infinidade de problemas cotidianos que podem transformar-se no ponto de partida e na matéria-prima de uma ação educativa inovadora.

## **Participação pública**

A participação pública (...) pode ser justificada em termos morais (...) em termos de eficiência (...) e pelo acréscimo de confiança nas instituições públicas, pois torna as decisões por elas tomadas socialmente aceitáveis e politicamente legitimadas.

A participação pública deve englobar não só o processo durante o qual as decisões são tomadas, mas também o da

subseqüente aplicação, incluindo o atendimento de reclamações e reparações por decisões erradas. (Relatório da Comissão Mundial Independente Sobre os Oceanos, 1999).

As pessoas interessadas em construir seu próprio futuro ou de sua comunidade, são elementos importantes nos processos de elaboração das políticas de gestão integrada para a reorganização do espaço social que habitam.

Um instrumento que legitima a participação pública em projetos destinados às mais diversas áreas de atuação é a Agenda 21.

Uma das condições prévias fundamentais para a realização do desenvolvimento sustentável é a ampla participação pública em processos de tomada de decisão. Além disso, num contexto mais específico de meio ambiente e desenvolvimento, fez-se sentir a carência de novas formas de participação. Isto implica a necessidade de indivíduos, grupos e organizações colaborarem nos processos de avaliação de impacto ambiental, bem como de serem informados e participarem das decisões, em particular quando estas afetem potencialmente as comunidades em que vivem e trabalham. Tais indivíduos, grupos e organizações deverão ter acesso às informações detidas pelas autoridades nacionais relativas a meio ambiente e desenvolvimento, incluindo aquelas sobre produtos e atividades que têm ou que provavelmente virão a ter um impacto significativo, bem como às informações sobre medidas de proteção ambiental. (Agenda 21, parágrafo 23.2 *apud* Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, 1999).

Através de objetivos traçados com vistas a esta causa, a Agenda suscita várias questões que devem ser consideradas e reformuladas no âmbito da multidisciplinaridade, envolvendo técnicos e comunidades nos processos de tomada de decisão. De acordo com o contexto específico da participação pública, citam-

se os capítulos 36-B e 40B<sup>5</sup>. Redirecionando mais ainda este tema, com base no estudo costeiro, tem-se como referência o objetivo 17.5. Ele cita:

(...) proporcionar, na medida do possível, o acesso às informações relevantes por pessoas, grupos e organizações envolvidos, e de lhes serem facultadas oportunidades para consulta e participação no planejamento de tomada de decisões, nos níveis apropriados. (*apud* Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, 1999).

Verificam-se avanços do campo democrático da participação pública nos processos de tomada de decisão em gestões integradas, porém estes procedimentos só serão realmente efetivados ou conquistados quando houver, de fato, a conscientização do público envolvido. Para que haja continuidade do processo, torna-se imprescindível a ação do governo e dos técnicos frente às necessidades básicas da comunidade, incluindo nestes requisitos fundamentais a ação participativa (cabe salientar que a expressão “participativa” não possui conotação ideológica, atendendo, somente, a uma perspectiva de melhor compreensão do assunto analisado).

A necessidade de conscientização das comunidades envolvidas em um processo de gestão torna-se um fator indispensável, na medida em que, direta ou indiretamente, estas pessoas são usuárias do meio em que vivem. Por isso, devem compreender melhor seu ambiente para poder usufruí-lo com moderação, preservando-o para as gerações futuras. Conhecer e ser responsável pelo lugar em que se vive, encoraja a transmissão de valores e experiências adquiridas, despertando lideranças e a comunidade em geral. Nesse aspecto, é preciso ressaltar a extrema importância da interação e do diálogo entre governo, técnicos e população.

---

<sup>5</sup> Agenda 21, 1993.

Torna-se imprescindível a inclusão do tema “participação pública nos processos de gestão” em conteúdos educativo/ambientais. É de vital importância interligar os mais diversos agentes de desenvolvimento nas questões que envolvem o gerenciamento integrado. A mudança de atitudes dos indivíduos/comunidades frente ao meio, pode constituir a base pública de apoio ao melhoramento de um espaço geoeconômico.

Um fator importante para aumentar a conscientização pública, acerca de sua realidade, será a ampla divulgação de dados sócio-econômico-ambientais, feita pelo governo. Estas informações podem ampliar o conhecimento de aspectos relevantes ao estudo do sistema e facilitar ações subjacentes à elaboração de políticas e à gestão integrada. Deve ser considerado um esforço conjunto para apresentar ao público, de forma acessível, as análises e os estudos de avaliação, bem como maximizar a transparência dos procedimentos de consulta popular e tomadas de decisão.

Para que a participação pública torne-se efetiva nos processos de gestão, deve-se desenvolver uma força tarefa conjunta, com a finalidade de despertar a consciência da população. Atualmente, pode-se contar com uma ampla variedade de veículos de comunicação que colaboram para sensibilizar o público na sua relação com o ambiente. Fora isso, depende-se da colaboração de todos os segmentos que integram o processo multidisciplinar, visando um amplo respaldo à práticas educativas que envolvam a comunidade.

A preocupação recente com a participação popular em projetos da área pública, fundamenta-se na premissa de que existe um interesse especial de organizações não governamentais e da própria população pela conservação e preservação dos recursos naturais. Há um enorme ceticismo quanto a capacidade dos governos para resolverem problemas ambientais, uma vez que costumam ater-se somente a técnicos especializados, políticas governamentais não direcionadas ou a pressões do setor privado. Esse ceticismo tem origem em fatores burocráticos que acompanham a formulação das políticas públicas. Vê-se, no entanto, que

surtem novas formas de legitimação das autoridades administrativas, incluindo a luta por maior transparência nos processos de formulação de programas e projetos específicos e abertura para a participação popular nas tomadas de decisão. O envolvimento de entidades profissionais, econômicas e sociais no governo, delinea-se como uma tendência cada vez mais importante nas democracias.

O Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>6</sup> demonstra que há três maneiras de assegurar a participação pública nos processos de tomadas de decisão ambiental:

1. Seu direito de conhecer a existência de dados sobre o meio ambiente e os recursos naturais e de a eles ter acesso;
2. Seu direito de ser consultadas e de participar nas tomadas de decisão relativas a atividades passíveis de impactar o ambiente em que se inserem;
3. Seu direito à solução jurídica e a compensações legais, sempre que a saúde ou o meio ambiente tenha sido, ou possa ser, gravemente afetado.

Apesar de existirem mecanismos capazes de colocar estas resoluções ou direitos em prática, ainda não se verifica uma mobilização, conhecimento ou interesse suficiente dos cidadãos, para concretizá-los.

A participação pública – entendida como direito cívico, independentemente de quaisquer interesses específicos de “parte interessada” – pode ser justificada em termos morais (o ideal democrático pressupõe que os indivíduos têm parte ativa no governo), em termos de eficiência (contribuição da aprendizagem social para o melhoramento das

---

<sup>6</sup> *apud* Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, 1999.

tomadas de decisão), e pelo acréscimo de confiança nas instituições públicas, pois torna as decisões por elas tomadas socialmente aceitáveis e politicamente legitimadas. (Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, 1999).

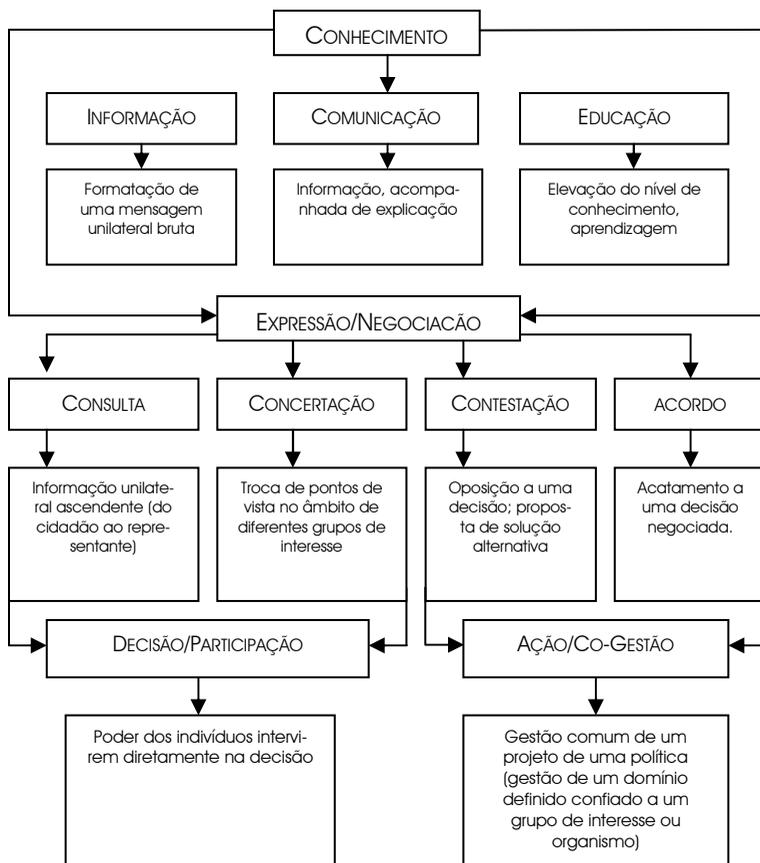
Constata-se a necessidade premente do envolvimento do cidadão nas decisões de cunho político formalizadas pelos seus governantes. Essa participação poderá resgatar a confiança nas ações governamentais, inaugurando um novo estágio de desenvolvimento democrático.

A participação popular não deve ater-se, somente, ao momento em que as decisões são formalizadas, mas também e, principalmente, da subsequente aplicação, incluindo o atendimento de reclamações e reparações em decisões erradas. Isso implica dizer-se que algumas iniciativas, envolvendo a participação do público, estão muito aquém das expectativas iniciais.

Para a conquista de um futuro promissor e democrático, é preciso uma sociedade civil mais ativa e consciente, com oportunidades de participação em discussões que irão influenciar o seu modo e estilo de vida. Ao mesmo tempo, é fundamental que se possa contar com um governo dinâmico, descentralizado, interviniente e justo.

## ESQUEMA 2: Meios de participação popular e de engajamento político

*Modificado de Lanna, 1995*



## **Metodologia alternativa da Educação Ambiental nos processos de planificação e gestão pública participativa**

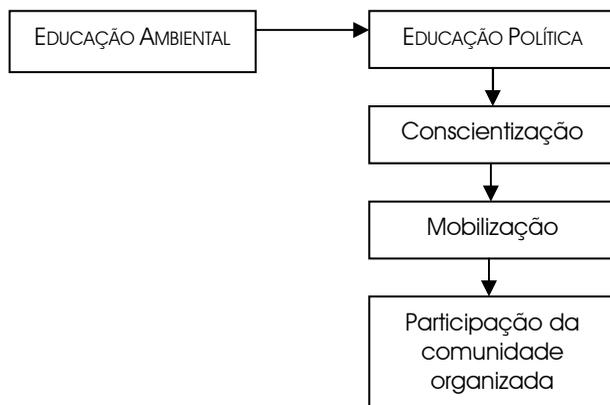
A responsabilidade política pode imaginar-se como sendo principalmente o espaço onde se definem os objetivos coletivos. (Brodhag, 1994).

No decorrer deste artigo, encontram-se os objetivos da educação ambiental citados na Carta de Belgrado. Pode-se ver, também, como as instituições revestidas de poder intervêm nas estruturas fragilizadas e como a educação “constrói” o ambiente, entre tantos outros aspectos. Para que se conclua quanto a real função da educação ambiental nos processos de gestão pública, é preciso que se inter-relacione os pontos analisados. E daí, surge a pergunta: como a educação “ambiental” interfere nos processos de planificação e gestão pública, tendo como referencial o desenvolvimento comunitário? A resposta para esta questão é tão difícil quanto estimulante para a busca de uma metodologia alternativa. Tal procedimento configura-se como relevante a este trabalho, pois constitui-se em pré-requisito para a compreensão do todo.

De acordo com Reigota, “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (1994).

A partir do momento em que a educação ambiental passa a ser vista como educação política, o processo de conscientização configura-se como uma etapa natural e necessária. Em decorrência desta, verifica-se a mobilização da comunidade e sua participação efetiva em questões relativas a seu meio ambiente. No esquema a seguir, demonstra-se, de maneira simples, a forma que a educação ambiental assume como educação política, evidenciando-se as três etapas citadas.

### ESQUEMA 3: Educação ambiental como educação política



Para vencer estas três etapas, é preciso, inicialmente, que haja empenho das lideranças envolvidas no sentido de promover ou facilitar a “conscientização” da comunidade, como fator básico em qualquer tentativa de mudança.

“Conscientização” é uma forma de superar o estado de “alienação” a que muitos cidadãos estão sujeitos numa sociedade caracterizada pela desigualdade social.

A Conferência de Ministros da Educação, reunida em Caracas de 6 a 15 de dezembro de 1971 apontava: toma corpo a idéia de uma educação libertadora que contribua para formar a consciência crítica e estimular a participação responsável do indivíduo nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos. (Freire, 1979).

O atual sistema sócio-político-econômico ou a simbólica pirâmide social tem servido de modelo e aspiração para expressiva parte da população oprimida e marginalizada. Muitos gostariam de “subir na vida” para assumir os padrões de poder e domi-

nação da elite opressora. Como nem sempre isto é possível, re-traem-se, adotando, geralmente, uma postura de submissão ou subserviência ao instituído.

Para evitar que isso ocorra, é preciso oportunizar situações em que o homem possa repensar o seu papel sócio-político, adquirindo “consciência” da realidade que o cerca e de sua capacidade para mudá-la. Deve entender que ação política ou empreendedora não consiste em “assumir” o poder mas, sobretudo, agir para transformá-lo, propugnando por melhores condições de vida comunitária.

Quanto mais conscientização, mais se ‘des-vela’ a realidade (...) A ‘conscientização’ não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (Freire, 1979).

Diz um velho ditado que “só se aprende a fazer fazendo”. Pode-se acrescentar que só se aprende a “ser”, participando.

É mais ou menos isso que Paulo Freire pensa quando refere-se a importância da “práxis” e do diálogo no processo de conscientização. É pela ação e na ação que o homem cresce, realizando-se como sujeito de sua história, assumindo responsabilidades para com o seu meio e para com os outros.

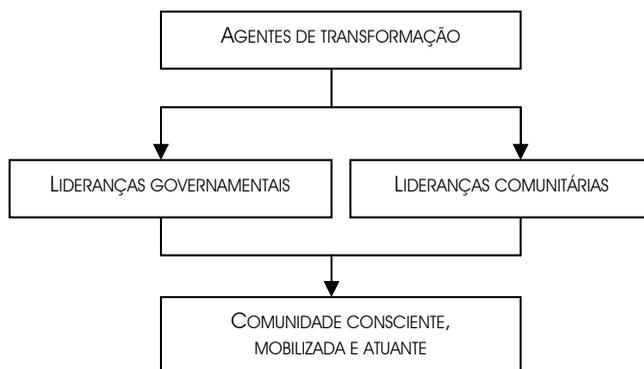
Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, cria cultura. A partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem criando, recriando, decidindo, dinamiza este mundo. (...) A cultura, por oposição à natureza, que não é criação do homem, é a contribuição que o homem faz à natureza. Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esfor-

ço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens. (Freire, 1979).

A comunidade consciente mobiliza-se quando existem objetivos comuns. A mobilização é um passo importante para a organização do meio ambiente pois é através dela que se desencadeará a ação, ou seja, a participação nos processos de planificação e gestão. Nesta etapa, será importante a troca de informações e esclarecimentos que facilitarão a formação de grupos afins, tendo em vista os interesses regionais. Estas informações, geralmente, têm origem em pesquisas científicas ou em regulamentações de órgãos governamentais. Por isso, devem ser devidamente estudadas e compreendidas pelas lideranças envolvidas que poderão esclarecer as comunidades, debatendo com elas os aspectos mais vagos ou complexos. As lideranças, também, em parceria com órgãos governamentais, poderão traçar propostas viáveis para implementar planos de ação, neste caso direcionados aos interesses da população.

A seguir, vê-se um esquema dos agentes de transformação que interferem nos processos de planificação e gestão.

#### ESQUEMA 4: Agentes de transformação

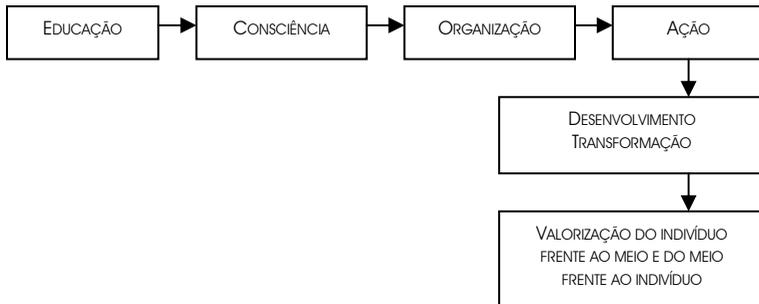


Como se pode observar, através do esquema, as lideranças conseguem interferir na organização de suas regiões, facilitando um maior poder de ação da comunidade frente ao seu meio e às instituições. Esta “ação” terá reflexos no desenvolvimento regional e na transformação gradual do indivíduo, o que se poderia caracterizar como educação pelo exercício da cidadania.

O desenvolvimento deve permitir a participação dos indivíduos, cada qual deve poder investir-se na manifestação das suas capacidades – saúde, educação e formação -, participar plenamente em todos os aspectos da vida e exprimir-se livremente de maneira criativa. (Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano apud Brodhag, 1994).

O indivíduo, portanto, pode tornar-se um agente transformador do seu meio ambiente, contribuindo, desta forma, para melhorar as condições de vida em sua região. Com o esquema abaixo, demonstra-se, mais claramente, esta questão.

### ESQUEMA 5: Etapas do processo participativo



Considerando-se a educação ambiental como ação política, buscar-se-á delinear uma alternativa metodológica que facilite a análise e compreensão de planos de gestão.

Sabe-se “que a educação ambiental é um processo no qual os indivíduos são conscientizados sobre seu meio ambiente e obtém conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação que os capacita a atuar – individual e coletivamente -, a resolver problemas ambientais do presente e do futuro” (Schneider apud Alvarez, 1998).

Para tanto, o cidadão precisa encontrar respaldo em organismos de planificação ou gestão comunitária que lhe assegurem um espaço de participação nos processos de estudo, discussão e encaminhamento de propostas ou projetos, objetivando minimizar ou suprir problemas ou necessidades de sua região.

A primeira providência a tomar deve ser no sentido de verificar se existe uma visão comum da realidade, compartilhada de longo prazo e construída coletivamente entre governo, técnicos e comunidade. Os desacertos naturais que costumam ocorrer entre os diferentes grupos, podem ser resolvidos mediante a concertação, compromissos e alianças. Estes procedimentos colocam, em primeiro plano, a necessidade de favorecer a mais ampla participação cidadã em todos os momentos da planificação, formulação, aprovação, execução, acompanhamento e controle dos planos de gerenciamento, bem como na concertação entre as diferentes instâncias institucionais.

Na medida em que os governos enfrentam problemas, como a escassez de recursos financeiros, falta de capacidade de gestão ou a inexpressiva intervenção da comunidade nos assuntos regionais, as soluções devem ser planejadas, buscando-se um remanejamento eficiente das condições possíveis.

Conceber a planificação ou gestão como um processo contínuo e sustentável, em que intervêm diversos setores sociais com interesses particulares, que, conjuntamente com o Estado, propõe um projeto comum orientado para o benefício de todos os grupos populacionais de uma região, é garantia de êxito na busca

de soluções pacíficas para conflitos que, eventualmente, possam surgir.

Um processo de planificação exitoso aumenta a credibilidade dos governantes, facilita a viabilidade da gestão e contribui para o fortalecimento de uma cultura democrática.

Portanto, os planos de gestão constituem-se em um instrumento através do qual Estado e sociedade delineiam um futuro coletivo promissor, a médio ou longo prazo, tendo por marco uma unidade territorial. Este futuro coletivo tem a ver com a definição de objetivos, estratégias e metas que definem ritmo e orientação, com vistas ao bem estar de todos os habitantes. Neste sentido, deverá conter diversos ingredientes (políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, entre outros) articulados a propósitos concretos, que se organizam, priorizando metas em função das necessidades populacionais.

É preciso saber se o plano contém uma dimensão investigativa. Para tal, cabe verificar se ele prevê: diagnóstico da região em estudo, elaboração de programas estaduais e municipais, projeção de recursos financeiros, objetivos claros e adequados, metas bem definidas, identificação de unidades executoras do programa principal, meios e instrumentos capazes de conduzir a um denominador comum. Fora isso, torna-se necessário averiguar se sua “construção” prevê espaço de participação às populações. Este cuidado torna-se relevante, na medida em que é através da participação de todos, tanto na construção do plano quanto nos atos de gestão, que se consolidará, de fato e de direito, o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável de uma região.

## **Referências**

ALVAREZ, Rossana C. De promessa a realidade: la democracia participativa para una educación ambiental efectiva. 1998. Disponível em <<http://www.nmsu.ed>>

ASMUS, M.L., REIS, E.G., TAGLIANI, C.R.A., & CALLIARI, L.J. 9 ed. Trocas e inter-relações entre os sistemas das bacias de drenagem, lagoas costeiras e oceanos adjacentes. Manual do participante (incluindo módulo regional). Curso do programa Train-Sea-Coast Brasil (FURG, CIRM, DOALOS/ONU), oferecido em Vitória, ES, de 11 a 21 de junho de 2000. 376p.

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993. 112p.

BOTTOMORE, T & NISBET, R. História da análise sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 376p.

BRANCO, Samuel Murgel. Ecosistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1989. 141p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos). 120p.

BRITO, Francisco A., CÂMARA, João B.D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1999. 332p.

BRODHAG, Christian. As Quatro verdades do planeta: por uma outra civilização. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 372p. (Tradução de: Les Quatre Verités de la Planète).

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. 428p.

Francis, Julius. Building human capacity for better management of marine: protected areas in the western indian ocean. 2001. Disponível em <<http://www.netcoast.nl/projects/info/experience>>

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 150p.

\_\_\_\_\_. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. 102p.

\_\_\_\_\_. Educação como prática da liberdade. 7ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 150p.

\_\_\_\_\_. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 80p.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político e governamental. 9ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 183p.

HOGAN, Daniel J., VIEIRA, Paulo F. 2ed. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: UNICAMP, 1995. 234p.

LANNA, Antônio Eduardo Leão. Gerenciamento de bacias hidrográficas: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995. 171p.

LAROUSSE CULTURAL, Grande dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. Trad. Luis Felipe Rodriguez del Riego. São Paulo: FUNDAP, 1996. 381p. (Tradução de: Adiós, señor presidente).

\_\_\_\_\_. O líder sem estado maior. Trad. Giselda Barroso G. A Sauveur. São Paulo: FUNDAP, 2000. 206p.

\_\_\_\_\_. O plano como aposta. Trad. Frank Roy Cintra Ferreira. São Paulo em perspectiva. p. 28-42 out/dez. 1991. Disponível em <<http://planeta.terra.com.br>>

MORAES, Antônio Carlos Robert. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1999. 300p.

O Oceano... Nosso Futuro: Relatório da Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos; traduzido do inglês por Andreia Crespo; adaptado para a edição brasileira por Lucimar Luciano de Oliveira. Rio de Janeiro: Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos, 1999. 248 p.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994. 63p. (Coleção Primeiros Passos).

SCHUMACHER, E.F. O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 4ed. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 261p. (Tradução de: Small is Beautiful).

SINGH, S.; SANKARAN, V.; MANDER, H. & WORAH, S. Strengthening Conservation Cultures – Local Communities and Biodiversity Conservation. UNESCO, 2000. 211p.

THOMAS, John Clayton. Public participation in public decisions: new skills strategies for public managers. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1995. 211p.